

Segunda parte: O SN em português

Capítulo 2: A hipótese mórfica

Mário A. Perini, Sigrid Fraiha,
Lúcia Fulgêncio, Regina Bessa Neto

1. A HIPÓTESE

Nas primeiras versões deste trabalho, propusemos uma análise mórfica do que chamávamos a “área direita” do SN, ou seja, a porção do SN que vem à direita do núcleo. Segundo essa análise, o SN compreenderia, entre outras, as funções mórficas **pré-núcleo (PN)**, **núcleo (NSN)** e **modificador (Mod)**. Essas funções se definiam de maneira formal, não decorrendo de nenhum outro traço do SN em questão, formal ou semântico. Assim, no SN

(1) Um repentino ataque cardíaco

repentino seria pré-núcleo, **ataque** seria núcleo e **cardíaco** seria

modificador.

Era preciso, evidentemente, fornecer definições operacionais dessas funções. Mas acontece que as tentativas de defini-las não deram bons resultados — como passaremos a ver.

1.1. DEFININDO MORFICAMENTE OS TERMOS DO SN

1.1.1. Pela ordenação

Primeiro, tentamos definir as funções pela sua ordem linear (seguindo aqui precedentes como Lemle, 1984 e Perini, 1989). Segundo essa concepção o NSN, por exemplo, se definiria por ocupar um lugar exclusivo na seqüência dos elementos do sintagma.

Esse tipo de definição (proposto para todos os elementos do SN) só funciona se se postular um *SN máximo*, isto é, um SN onde todas as posições possíveis estejam realizadas. Isso já cria dificuldades, porque SNs muito sobrecarregados são tão difíceis de julgar e interpretar que acabam causando o efeito de inaceitabilidade:

(2) ?? Todos aqueles meus outros estranhos poemas amorosos

Dado que um de nossos objetivos é aproximar a análise dos dados, fazendo-a mais testável em condições relativamente “naturais”, esse é um problema sério.

Outro problema com a definição baseada na ordem provém do fato de que fomos obrigados a admitir que certas funções (tanto à esquerda quanto à direita do núcleo) podem realizar-se mais de uma vez no mesmo SN. Por exemplo, os elementos **outros** e **meus** podem permutar-se com facilidade, e portanto devem ter a mesma função (seriam ambos analisados como pré-núcleos):

(3) a. Os outros meus poemas

b. Os meus outros poemas

Ora, isso inviabiliza a contagem dos termos a partir do início do SN, já que não se pode saber de antemão, digamos, quantos pré-núcleos há em um sintagma.

A única saída seria definir o pré-núcleo independentemente do núcleo — o que significa defini-lo considerando sua posição em relação ao início do sintagma. Mas se pode haver mais de um pré-núcleo, como fazer isso? Digamos que o pré-núcleo se defina como o terceiro elemento a partir do início (no SN máximo). Contamos três, e temos um pré-núcleo; mas como analisar o quarto elemento? Será o núcleo, ou será um segundo pré-núcleo? Concluimos que não se pode definir o pré-núcleo (nem o núcleo) baseando-nos na contagem dos termos a partir do início do SN.

Tentamos então definir o próprio núcleo a partir do final do SN. Novamente se interpõe o problema da repetição de termos: tudo indica que pode haver mais de um elemento pós-nuclear (modificador) no mesmo sintagma. Assim, como definir a posição do núcleo a partir do final? Mesmo se dispusermos de um SN bem desenvolvido à direita, como

(4) Um ataque cardíaco fulminante

como ter certeza de onde está o núcleo? Poderia ser qualquer dos três últimos termos; e o critério da ordenação simplesmente não nos ajuda a decidir entre as alternativas possíveis, que são:

NSN Mod Mod,
PN NSN Mod
PN PN NSN.

Observe-se, finalmente, que a admissão de funções repetidas (por exemplo, dois ou mais pré-núcleos no mesmo SN) prejudica o rigor da noção de “SN máximo”: este, na verdade, não poderia nunca ser construído, pois teria que conter *todas* as ocorrências de cada termo, e para certos termos (pré-núcleo, modificador) o número de ocorrências possíveis não é determinado.

Por isso tivemos que abandonar a tentativa de definir o núcleo do SN pela ordem. Note-se que a definição pela ordem permanece possível para outros termos: o pré-determinante (PDet) pode ser ainda definido como o primeiro termo do SN — isto é, aquele que quando ocorre só pode ocorrer em primeiro lugar; e o determinante ainda se define como o termo que ocorre em primeiro lugar se não houver PDet, e em segundo se houver PDet.

1.1.2. Pelo controle do gênero

Para o núcleo, procuramos outro critério mórfico. Partimos então da idéia de que existe um elemento no SN que controla o gênero. Esse critério dá resultados melhores que o da ordenação, mas, como veremos, não é ainda a melhor solução disponível.

Cada SN tem um gênero, e este é derivado do gênero (lexicamente marcado) de um de seus termos. Assim, o SN

(5) As irmãs do Oswaldo

é claramente feminino, apesar da presença nele de um nome masculino, **Oswaldo**.

Procuramos então definir o NSN como

“o termo (provavelmente a palavra) que controla a concordância de gênero do determinante e do pré-núcleo¹; e igualmente do modificador, nos casos em que o gênero do modificador está sob controle”.

Em geral, observa-se que o NSN controla não só o gênero, mas também o número dos outros termos do SN — assim, por que privilegiar o gênero como critério de definição?

Optamos pelo gênero porque não estávamos totalmente seguros de que o número do SN seja um fator formal: o número tem um significado, embora não totalmente coerente. Já o gênero não se associa de perto com nenhuma categoria semântica. Apesar de haver certa correlação entre gênero e a expressão do sexo, esta é muito frouxa.

Na maioria dos casos nem sequer se aplica a noção de sexo (**relógio, mão**); e quando se aplica, existem as exceções conhecidas: **cônjuge, testemunha, jacaré, onça**. Assim, cremos que é seguro afirmar que o gênero é uma categoria formal; nas palavras de Camara, 1964, a associação entre o gênero e a expressão do sexo “é fragílima e parcialíssima”.

Por outro lado, é possível que se possa analisar eventualmente a concordância de número dentro do SN em termos de condições semânticas — e se isso acontecer, a análise de base semântica terá preferência, segundo as hipóteses de trabalho aceitas neste projeto. Daí nossa preferência pelo gênero como critério de definição do NSN, que é uma função mórfica.

1.1.2.1. Que é “gênero”?

Talvez valha a pena determo-nos um momento para considerar o que vem a ser a categoria tradicionalmente chamada “gênero”.

Vamos partir de uma observação de fato: existe uma exigência de harmonia em

(6) A velha poltrona suíça

(7) O velho relógio suíço

Distinguem-se aí dois tipos de itens: (a) os que têm um gênero (**poltrona, relógio**); e (b) os que estão em um gênero (**a/o, velha/velho, suíça/suíço**). Os itens do segundo tipo existem em pares, masculino e feminino.

Essa é a distinção básica, da qual tradicionalmente se parte para caracterizar o gênero como categoria e como base para um tipo de concordância. Diz Hockett:

“Os substantivos pertencem a um gênero; alguns adjetivos flexionam-se em gênero. Para os adjetivos, portanto, o gênero é uma categoria flexional [...] Para os substantivos, os gêneros são antes o que chamaremos categorias seletivas.”
[1958, p. 230]

O gênero como categoria seletiva se reconhece através da concordância:

“Os gêneros são classes de substantivos refletidas no comportamento de palavras associadas.”

[idem, p. 231]

Em um SN podemos ter um item que pertence a um gênero (e que Hockett chama “substantivo”); mas também há SNs que têm mais de um, e SNs que não têm nenhum. Respectivamente,

(6) A velha poltrona suíça [um item que pertence a um gênero]

(8) Uma fazenda modelo [dois]

(9) Todos [nenhum]

Nos casos em que há um item pertencente a um gênero, é ele que controla o gênero do determinante.

Nos casos em que há mais de um item desse tipo, há um que controla o gênero do determinante; os outros podem discordar em gênero do determinante. Pode-se ver em (8) que o determinante concorda com **fazenda**, e não com **modelo**.

Nos casos em que não há nenhum item pertencente a um gênero, aparentemente não há controle de gênero. Uma consequência disso é que o SN vai para o masculino (gênero não-marcado). Assim, em (9) não existe oposição masculino / feminino; podemos dizer

(10) Todos desejam um governo melhor.

mas não

(11) * Todas desejam um governo melhor.

A frase (11), naturalmente, é aceitável em situação anafórica; mas

em situação não-anafórica, que é a que nos interessa aqui, é inaceitável.

Voltando à distinção entre itens pertencentes a um gênero e itens que variam em gênero, vemos que eles correspondem ao que Hockett, nas passagens citadas, denomina respectivamente “substantivos” e “adjetivos”; essa é aliás a nomenclatura tradicional. Fazemos restrições a essa nomenclatura, porque envolve uma noção equivocada das classes de palavras.

Em princípio, a posição tradicional supõe que as palavras se dividem em substantivos (que pertencem a um gênero) e adjetivos (que variam em gênero); e que em geral cada item léxico pode ser colocado com clareza em uma ou outra dessas classes.

No entanto, o número de exceções é tão grande que levanta dúvidas quanto à própria utilidade da classificação, na medida em que esta se entende como estanque. Há, na verdade, itens léxicos que nunca variam em gênero, como **computador**, **ataque**, **modelo**; e há itens que sempre variam em gênero, como **gástrico/a** e **subcutâneo/a**. Mas a maioria dos itens ocorre às vezes variando em gênero e às vezes como pertencendo a um gênero. Exemplos são os sintagmas seguintes:

(12) Um marinheiro gordo

(13) Um gordo

Analisando (12), diríamos que **gordo** é uma das palavras do segundo tipo, ou seja, varia em gênero. Mas o que fazer com **gordo** em (13)? Estará ainda aí variando em gênero, ou será uma palavra (um “substantivo”) masculino? O mais provável é que em (13) se trate de uma palavra *pertencente* ao gênero masculino, pois é pouco provável que seu gênero seja controlado (por **um**?).

Em

(14) O vermelho [combina com todas as cores]

pode-se argumentar que **vermelho** é *masculino*; inclusive, não caberia aí *vermelha*. Mas em (13) pode-se usar o feminino:

(15) Uma gorda [estava obstruindo a porta]

e aqui o SN **uma gorda** não é anaforicamente reduzido. A análise mais conveniente parece ser a de que aí **gorda** é uma palavra feminina (pertence ao gênero feminino), e controla o gênero do sintagma.

Em suma, as indicações são de que há de fato um termo identificável como o controlador do gênero do SN; por conseguinte, ele deve ser distinguido morficamente dos outros termos, que não controlam o gênero, mas podem ter seu gênero controlado. Isso, é claro, já basta para que o controlador do gênero mereça um lugar na gramática da língua (como função mórfica).

1.1.2.2. Controle de gênero e ordem dos termos

No entanto, a questão principal que se coloca aqui é se o controlador do gênero é responsável pelas relações de ordem dos termos do SN; e a resposta, acreditamos, deverá ser negativa. Em outras palavras, parece-nos que, embora o controle do gênero possa indicar um “núcleo” do SN, as restrições de ordenação dos termos do SN não podem ser formuladas em termos desse “núcleo”; isso é particularmente claro no caso que nos interessa, da ordenação dos elementos mais à direita do SN (depois do pré-determinante e do determinante).

Adiantando algumas conclusões que virão mais tarde, acreditamos que as restrições de ordem se formulam em termos de um outro tipo de núcleo, definido semanticamente, a saber, o **centro de referência** do sintagma. Tentaremos mostrar, no capítulo 3, que a ordenação de certos termos do SN — os que tradicionalmente se denominam “núcleo”, “adjetivo anteposto” e “adjetivo posposto” — é governada por regras que tomam como ponto de partida a posição do centro de referência. Veremos na altura que isso tem conseqüências teóricas importantes.

Por ora, pois, fique apenas a afirmação de que o controlador do gênero, no que pese sua importância na gramática (pois a descrição do gênero dos SNs é também relevante), não é a noção de que precisamos para basear a descrição da ordem dos elementos dentro do SN. No que se segue daremos nossas razões para adotar essa posição.

Primeiro vamos resenhar alguns argumentos que podem ser levantados *em favor* de uma análise mórfica dos termos do SN.

1.2. ARGUMENTOS EM FAVOR DA ANÁLISE MÓRFICA

1.2.1. Falta de fatores sêmicos

Um argumento que se pode aventar é o seguinte: se formos descrever a ordem dos termos do SN através de condições e regras sêmicas, precisamos encontrar os fatores sêmicos que as baseiam. Assim, diante de

(16)a. Um ataque cardíaco fulminante

b. * Um ataque fulminante cardíaco

é lícito perguntar: qual é a diferença semântica entre **cardíaco** e **fulminante** que faz com que sua ordem seja obrigatoriamente a de (16a)?

Durante algum tempo esse problema nos impediu de propor uma descrição sêmica dos fatos de (16). Com efeito, não tínhamos uma análise sêmica para confrontar com a análise mórfica original. Agora já dispomos de fatores que, ao que tudo indica, funcionam adequadamente para esses casos, e para muitos outros. Ou seja, foi possível formular diversas condições sêmicas (expressas em termos semântico-pragmáticos), e essas condições oferecem as vantagens de dar conta de uma variedade bastante grande de dados e de serem livres de exceções.

Por outro lado, muitos casos ficam sem explicação, presumivelmente porque ainda não conseguimos obter um conjunto de condições sêmicas suficientemente rico. Mas pelo menos uma coisa

já se obteve: podemos ter alguma segurança de que pelo menos parte das relações de ordem dos termos do SN são de natureza sêmica; uma conclusão que autoriza uma posição de otimismo frente à procura de novas condições. Em outras palavras, os resultados até agora obtidos abrem perspectivas promissoras de investigação.

1.2.2. Adjetivos antepostos e pospostos

Um dos pontos que não estão ainda plenamente compreendidos é a diferença sêmica entre o que tradicionalmente se denomina “adjetivos antepostos” e “adjetivos pospostos”, como por exemplo em

(17)a. Um rico comerciante

b. Um comerciante rico

Esse problema já foi muito investigado, com resultados a nosso ver inconclusivos, no sentido de que ninguém conseguiu explicitar sistematicamente a diferença de significado entre as duas posições possíveis do adjetivo. Mas a pesquisa realizada deixa uma coisa clara: *existem* diferenças sêmicas freqüentemente bem nítidas entre adjetivos antepostos e adjetivos pospostos — a tal ponto que nos achamos autorizados a suspeitar que nos raros casos em que não se detectou nenhuma diferença isso se deve a acidentes léxicos.

Por exemplo, peguemos os exemplos de (17). (17a) inclui a expectativa de que comerciantes são em geral ricos, ao passo que (17b) não inclui essa expectativa. Isso não se vê com nitidez em (17), mas aparece quando substituimos **comerciante** por um item menos compatível com a expectativa de riqueza:

(18)a. ?? Um rico professor

b. Um professor rico

(18b) mostra que não há incompatibilidade entre o conceito de

professor e o de riqueza; (18a) mostra, por outro lado, que não existe a expectativa de que professores sejam em geral ricos².

Tomando outro exemplo:

(19)a. Um grande homem

b. Um homem grande

Pares de sintagmas como estes foram extensamente tratados na literatura (por exemplo, por Bolinger, 1952; Waugh, 1977; Borges, 1979). Uma das diferenças apontadas é que em (19a) **grande** qualifica a intensão de **homem**: trata-se de alguém que é “grande enquanto homem”, ao passo que em (19b) é a extensão de **homem** que fica qualificada: tanto é assim que se substituirmos **homem** por algum co-referente, o valor de verdade não se altera. Se o homem em questão for, digamos, um artista, poderemos dizer que (19b) implica que se trata de um artista grande; ou seja, não se pode ser um homem grande sem ser um artista grande. Mas em (19a) essa transferência não funciona: é possível ser um grande homem sem ser um grande artista (mesmo para homens que são artistas).

Já se propuseram diversas diferenças, e nenhuma delas parece valer para todos os casos. As indicações são de que a diferença depende de traços semânticos dos itens envolvidos; não teremos uma descrição completa enquanto não se levantarem dados em quantidade suficiente (ver discussão no capítulo 3, seção 4.4).

Entretanto, como dissemos, não se pode negar que existam diferenças; e aqui vamos admitir que há sempre uma diferença semântica (ainda que às vezes neutralizada por fatores léxicos) entre adjetivos antepostos e adjetivos pospostos.

O exemplo acima ilustra um dos casos duvidosos que temos em mãos. Trata-se de um conjunto de dados para os quais, a rigor, não temos uma análise conveniente; mas temos indicações de que tal análise é possível de formular em termos sêmicos. Em linhas gerais, existe um conjunto de acepções exclusivas do adjetivo anteposto, e um con-

junto de acepções exclusivas do posposto. Alguns itens são susceptíveis (em razão de seu significado) de receber acepções dos dois tipos; estes ocorrem tanto antepostos quanto pospostos. Outros itens só podem ser interpretados segundo um dos conjuntos de acepções; estes ocorrem ou só antepostos ou então só pospostos.

A conclusão é que em muitos casos em que não se dispõe de uma descrição de base sêmica para a ordenação dos termos do SN, há razões para acreditar que tal descrição é possível. Isso se aplica em particular ao caso dos elementos originalmente rotulados de “pré-núcleo”, “núcleo” e “modificador”.

1.2.3. Idiossincrasias dos quantificadores

Outro motivo originalmente alegado para a análise mórfica dos termos do SN veio da necessidade de descrever as idiossincrasias de ordem de certos quantificadores: **muitos**, **demais**, **demasiados**. Como se sabe, esses três itens têm comportamento formal diferente: **muitos** ocorre sempre antes do núcleo, **demasiados** antes ou depois e **demais** sempre depois (quando tem significado quantificador; ocorre antes do núcleo quando significa “outros”, como em **os demais professores**):

(20)a. * Tenho *problemas muitos*.

b. Tenho *muitos problemas*.

(21)a. Tenho *problemas demais*.

b. * Tenho *demais problemas*.

(22)a. Tenho *problemas demasiados*.

b. Tenho *demasiados problemas*.

Essas diferenças de comportamento precisam ser codificadas nos itens léxicos individuais; entretanto, como fazê-lo em termos semânticos, em vista da grande proximidade de significado entre os três itens — em especial **demais** e **demasiados**, que são praticamente sinônimos? E, ainda que conseguíssemos vislumbrar alguma diferença semântica entre eles, que probabilidade haveria de se encontrar evidência independente de que essa diferença semântica é a responsável pelas diferenças de ordenação?

A opção que nos resta é marcar os três itens idiossincraticamente como podendo ocupar diferentes posições frente ao NSN. Isso nos parecia militar em favor de uma definição mórfica do núcleo, porque se o núcleo fosse definido em termos sêmicos seria impossível definir os componentes da gramática (mórfico e sêmico).

A situação seria a seguinte: em um primeiro momento, o núcleo se definiria em termos semânticos: presumivelmente, depois da aplicação do componente mórfico. Mas então como marcar os quantificadores no léxico? Seria necessário dizer algo como “**muito** só ocorre antes do centro de referência do sintagma”, e assim, *mutatis mutandis*, para **demais** e **demasiados**. Agora examinemos o funcionamento do mecanismo que marca o sintagma * **problemas muitos** como mal formado.

No final do componente mórfico, o sintagma ainda não pode ser excluído: sua má formação depende da definição do núcleo (como “centro de referência”), e o núcleo, sendo um elemento sêmico, ainda não foi analisado como tal. Portanto, a seqüência **problemas muitos** seria morficamente bem formada.

Segue-se a aplicação do componente sêmico, que eventualmente analisa **problemas** como núcleo. Agora já é possível identificar a má formação de * **problemas muitos** : **muitos** está colocado após o núcleo, e só pode ocorrer antes dele. Mas marcar a seqüência como mal formada depende de uma inspeção da ordem dos elementos — uma operação mórfica, por ser independente de considerações de significado. Ou seja, seria necessário realizar uma operação mórfica (inspeção da ordem dos termos) *depois* de realizada uma operação sêmica (identificação de **problemas** como núcleo).

Isso, ao que nos parecia, inviabilizava a postulação dos componentes mórfico e sêmico. Um componente, tal como geralmente entendido, é uma seqüência compacta de operações, seqüência essa considerada homogênea segundo algum critério: no caso, o componente mórfico é a seqüência de todas as operações puramente formais, e o componente sêmico a seqüência das operações que levam em conta fatores de significado. Mas isso seria impossível no caso visto: teríamos primeiro as operações formais, depois uma operação semântica, depois novamente uma operação formal. Concluimos, originalmente, que a caracterização do núcleo como elemento semanticamente definido era impossível.

Naturalmente, essa conclusão só se sustenta se insistirmos em manter a concepção tradicional dos componentes — ou seja, a autonomia do componente mórfico. Em outras palavras, o argumento só vale se se admitir que um “componente” é um conjunto de operações ordenadas compactamente: as operações mórficas *todas* ordenadas antes das operações sêmicas, sem mistura de operações diversas.

No entanto, em face de evidência suficiente, poderemos sempre abandonar essa concepção tradicional, e nesse caso o argumento já não se sustenta — e a definição semântica do núcleo do SN se torna viável. Foi o que fizemos, como se verá adiante.

NOTAS

¹ Talvez haja casos de pré-núcleos sem marcação de gênero; por exemplo, as expressões coloquiais **puta**, **baita** (como em **um puta problema**). Não conhecemos exemplos no padrão.

² O efeito das expectativas se observa bem claramente nos exemplos **uma cruel madrasta** / ? **uma cruel mãe**. Note-se que **uma mãe cruel** não apresenta estranheza nenhuma. As expectativas parecem ser essencialmente culturais, não dependendo das crenças reais dos falantes a respeito; assim, **uma cruel madrasta** é melhor que ? **uma cruel mãe** mesmo para quem não acredita na proverbial maldade das madrastas.